

DIVERSIDADE E JUSTIÇA CLIMÁTICA: O PAPEL DA INCLUSÃO INTERSECCIONAL RUMO A COP30

RESUMO

Introdução

A COP30, em Belém (nov/2025), reunirá mais de 40 mil pessoas e traz o desafio de promover justiça climática com inclusão real. Mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, jovens e idosos devem ser protagonistas das soluções, não apenas beneficiários. Inspirado no G20 e no Acordo de Escazú, o debate propõe a interseccionalidade para compreender vulnerabilidades múltiplas e defende processos decisórios transparentes, participativos e representativos.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O desafio central da COP30 em Belém é garantir que grupos historicamente marginalizados — mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAPN+, PcDs, jovens e idosos — não sejam apenas beneficiários, mas protagonistas nas soluções climáticas. A exclusão estrutural limita sua participação, e sem interseccionalidade e mecanismos de representatividade real, a conferência corre o risco de reproduzir desigualdades em vez de promover justiça climática.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica apoia-se na justiça climática como questão ética e política, vinculada ao enfrentamento de desigualdades estruturais, como o racismo ambiental, e à valorização de saberes tradicionais. O Acordo de Escazú reforça a necessidade de participação inclusiva e proteção a grupos vulneráveis. A interseccionalidade, proposta por Crenshaw, permite compreender como marcadores sociais sobrepostos — gênero, raça, idade, deficiência, classe — ampliam riscos climáticos e demandam políticas mais eficazes.

Metodologia

A metodologia combina análise documental de acordos internacionais (G20 e Escazú), estudos demográficos do IBGE e relatórios governamentais, além da revisão de literatura sobre justiça climática e interseccionalidade. Utilizou-se projeção demográfica por marcadores sociais para avaliar a representatividade desejável na COP30 e estudo de caso do Fórum de Belém para identificar limites de participação. A abordagem qualitativa permitiu mapear lacunas e propor diretrizes inclusivas e interseccionais.

Análise e Discussão dos Resultados

A análise mostra que a COP30 enfrenta o risco de repetir exclusões históricas, como evidenciado pelo Fórum de Belém, onde critérios de acessibilidade e diversidade tiveram baixas pontuações. A representatividade demográfica ajuda a projetar inclusão, mas não capta a intensidade das vulnerabilidades, como no caso dos povos indígenas. A discussão indica que apenas a proporcionalidade não basta: é necessário priorizar os mais expostos e adotar a interseccionalidade para assegurar justiça climática real.

Considerações Finais

A COP30 em Belém representa uma oportunidade histórica para articular justiça climática e social. Garantir protagonismo a grupos historicamente marginalizados exige superar a mera representatividade numérica, priorizando os mais vulneráveis. A interseccionalidade mostra-se essencial para compreender riscos sobrepostos e orientar políticas inclusivas. A efetividade do evento dependerá da criação de mecanismos reais de participação, acessibilidade e reparação histórica, colocando a diversidade no centro da ação climática.

Referências

As referências dialogam com fontes nacionais e internacionais. Destacam-se o Acordo de Escazú (CEPAL, 2023) e debates do G20 (2024) sobre gênero e justiça climática. Dados do IBGE (2022–2023) subsidiam projeções populacionais, incluindo indígenas e pirâmides etárias. O MDHC e o Ministério da Igualdade Racial (2025) trazem estatísticas sobre PcDs e desigualdades sociais. Complementam-se estudos de Guerra & Batista (2024) sobre Escazú, Spizzirri et al. (2022) sobre diversidade sexual, UNDRR (2023) sobre vulnerabilidade e Queiroz (2025) sobre participação no Plano Climático de Belém.

Palavras-Chave: Diversidade / Justiça climática / Vulnerabilidade